

FUNARO (MUITO) OTIMISTA

Os fatos contrariam sua opinião, mas ele garante que o resultado da viagem é positivo.

Embora o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, procurasse mostrar-se otimista sobre os resultados de seu encontro, ontem em Bonn, com o ministro alemão das Finanças, Gerhard Stoltenberg, analistas financeiros locais afirmavam que o governo alemão não pode conceder créditos ou manifestar apoio ao Brasil, enquanto este país mantiver a decisão da moratória sobre os juros de sua dívida externa.

Stoltenberg nada declarou à

imprensa — deve fazê-lo hoje — a respeito do resultado do encontro que, para Funaro, foi positivo. O ministro brasileiro insistiu no fato de que a Alemanha entende a posição do Brasil, que pretende continuar crescendo para enfrentar seus compromissos, sem cogitar na recessão.

Apesar das dificuldades que as mudanças da política econômica acarretaram, Funaro insiste que tem encontrado compreensão da

parte de seus interlocutores. "Não viemos pedir dinheiro" — garantiu o ministro a Hebe Guimarães do *Jornal da Tarde*, que obteve novas linhas de crédito dos governos francês e italiano —, mas entendimento para uma política maior. O que o presidente Sarney deseja é ter uma dimensão do futuro, adiantou Funaro, "negociar o débito para que tenhamos condições de aumentar os investimentos estrangeiros e nacionais".

Funaro classificou o encontro com Stoltenberg de bastante produtivo, mas estranhou a nota distribuída à imprensa pelo ministro das Finanças da Inglaterra, após sua saída. Considerou-a negativa: "Não entendi o texto daquela nota, pois tivemos uma reunião muito boa". Funaro, mesmo assim, disse não acreditar que os ingleses assumam uma posição desfavorável com relação ao Brasil.

O assunto FMI não foi discuti-

do entre os dois ministros. Funaro adiantou que a Alemanha conhece a posição brasileira e "sabe que não vamos ao FMI". Ele adiantou, também, que o superávit da balança comercial brasileira, este ano, deverá situar-se em torno de oito bilhões de dólares e que o Brasil se utilizará desse dinheiro para pagar parte do serviço da dívida externa, enquanto outra parte terá de ser refinanciada. Essa é, segundo o ministro, a oportunidade que o

Brasil está tendo para crescer: "Quando pagávamos todos os juros da dívida, não podíamos importar".

Após o encontro de quase quatro horas com Stoltenberg, no Ministério das Finanças e no restaurante Tulpensfeld, ao lado do Bundestag, o Parlamento alemão, Funaro seguiu para Dusseldorf, onde pernitoou, antes de seguir hoje, pela manhã, para Berna e, depois, Zurique e Roma.

Moratória do Brasil será discutida por ministros das Finanças dos países ricos

Os ministros de Finanças dos países mais ricos do mundo poderão voltar a se reunir dentro de 15 dias para discutir o problema do endividamento mundial, ocasião em que o caso brasileiro será analisado mais profundamente. A revelação foi feita pelo ministro Dílson Funaro, que passou ontem pela capital francesa, quando avistouse com o ministro da Economia, Edouard Balladur, e com o atual presidente do Banco da França, Jacques de Larosière. Segundo Funaro, o ministro Balladur confirmou que a decisão do Brasil decretando uma moratória às vésperas da reunião dos seis mais industrializados chegou a causar uma certa apreensão entre os ministros reunidos em Paris, que decidiram permanecer em contato permanente para acompanhar a evolução do problema.

O ministro Dílson Funaro está enfrentando sérias dificuldades para explicar a seus colegas europeus as mais recentes iniciativas econômicas do governo do Brasil, buscando apoio das capitais visitadas para as próximas negociações com os bancos comerciais. Até agora, o ministro não tem idéia de quando essas negociações poderão ser iniciadas, tendo afirmado que tudo vai depender de algumas respostas dos governos dos países que está visitando sobre a reformulação dos mecanismos que têm prevalecido até agora.

Após ter passado por Londres, onde o governo britânico deixou

claro que as negociações comerciais constituem um problema unicamente dos bancos privados, tendo inclusive recomendado ao Brasil o caminho do FMI (Fundo Monetário Internacional), o ministro brasileiro foi recebido discretamente em Paris por Edouard Balladur. No Ministério de Economia e Finanças, o silêncio em torno do encontro foi total, tendo uma assessora do ministro explicado que "a audiência não fazia parte de sua agenda pública", razão pela qual nenhum comunicado seria distribuído sobre o assunto. Na véspera, a mesma assessora já havia manifestado grande reserva ao negar uma entrevista solicitada pelos jornalistas brasileiros, alegando que o ministro Balladur não tinha interesse em nenhuma publicidade sobre a audiência que concederia ao ministro brasileiro.

Apesar disso, Edouard Balladur e Dílson Funaro, que se achava acompanhado do presidente do Banco Central, Francisco Gros, e do chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, embaixador Alvaro Alencar, debateram o problema brasileiro durante mais de uma hora. Do lado francês, encontrava-se também presente o presidente do Clube de Paris e diretor de gabinete do ministro, Jean Claude Trichet. Em seguida, o ministro brasileiro esteve no Banco da França, agora presidido por Jacques de Larosière, ex-diretor geral do FMI, lá permanecendo cerca de 35 minutos. No período da

tarde, Dílson Funaro, seguiu para Bonn para avistar-se com Gerhard Stoltenberg, o ministro da Economia alemão. De Bonn, Funaro segue para Berna na Suíça, e Roma na Itália, devendo decidir nas próximas horas se seguirá da Europa para o Japão ou se volta para o Brasil, só depois viajando para o Japão. De qualquer forma, Funaro está convencido da importância de sua viagem para o Japão.

FMI fora da pauta

O ministro Dílson Funaro explicou aos jornalistas que o problema do recurso ou não ao FMI é algo que não mais se discute, estando fora da pauta dos debates nas conversas que ele vem mantendo. Com exceção da Grã-Bretanha, onde o assunto foi apenas citado, tanto nos EUA como na França o problema esteve fora da pauta. Mesmo quando da conversa com o ex-diretor do FMI, hoje presidente do Banco da França, Jacques de Larosière, no passado, o entendimento com o FMI sempre foi de respeito com uma instituição internacional, da qual o Brasil faz parte, mas sem os acordos firmados anteriormente.

O ministro brasileiro considerou a conversa com Edouard Balladur como uma das melhores de seu atual giro, tendo lembrado que ela foi dirigida no sentido de se encontrar novos caminhos para a solução do débito, pois Balladur é um dos representantes do Grupo do Cinco (países mais industrializados) que sempre defendeu novas alternati-

vas para a crise. Segundo Funaro, Balladur é a favor da tese de manutenção do crescimento econômico e de um maior entrosamento entre as nações que precisam crescer, como o Brasil.

Indagado se acreditava na possibilidade do governo francês colocar dinheiro novo para incentivar os bancos comerciais reticentes, o ministro explicou que o governo francês vai ajudar o Brasil a defender as diversas teses de crescimento e de refinanciamento necessárias para o País, tendo citado o próprio ministro Balladur, que anunciou a abertura de dois créditos de exportação, ambos garantidos pela agência oficial francesa, Funaro não soube informar o montante desses dois créditos e os setores beneficiados. Explicou que a França é o quarto credor do Brasil, tendo um peso importante no fardo da dívida — créditos que oscilam entre seis a sete bilhões de dólares.

Maior equilíbrio no comitê

Uma das reivindicações do Brasil para as negociações com os bancos comerciais é a de estabelecer um maior equilíbrio no comitê de bancos. A França só mantém um representante no comitê de 14 bancos comerciais, o Crédit Lyonnais. Os EUA controlam 50% do comitê de bancos, apesar de os bancos norte-americanos representarem apenas 30% da dívida. Segundo Funaro, proporcionalmente, japoneses e europeus não estão representados como deviam no comitê. Perguntado se pretendia dizer que o

comitê atual não era representativo, corrigiu a indagação afirmando que apenas constata uma distorção e não pretendia colocar em dúvida a representatividade dos bancos. Indagado sobre quais seriam os mecanismos que poderiam ser acionados pela área oficial norte-americana sobre os bancos privados, Funaro lembrou a Reserva Federal (FED) que, a seu ver, pode desempenhar o papel semelhante ao do Banco Central no Brasil, isto é, a ligação entre o governo e o sistema financeiro.

Ainda na conversa com Balladur, o documento da Comissão Justiça e Paz do Vaticano sobre a dívida foi um dos temas centrais. O ministro francês explicou que determinou estudos aprofundados desse documento; uma coincidência, pois segundo Funaro, o presidente José Sarney também determinou que se faça a mesma coisa.

O Brasil, segundo o ministro Dílson Funaro, busca apoio para nova postura em relação à dívida externa. É preciso que os países industrializados assimilem a tese de apoio ao desenvolvimento. Antes, a tese que prevalecia era a da recessão do país devedor, para que pudesse obter um superávit significativo na balança comercial e, dessa forma, saldar suas dívidas.

Quanto à possibilidade de o governo francês interceder junto aos bancos comerciais para que haja maior flexibilidade na negociação da dívida, o ministro Dílson Funaro lembrou que, na França, os ban-

cos comerciais são estatais (atualmente em fase de privatização), mas que a negociação ainda não foi iniciada, o que será feito em uma etapa posterior.

O ministro brasileiro não vê também nenhuma semelhança entre o caso brasileiro e o mexicano. As situações são diversas, sendo que os países devem ter independência para buscar seu próprio caminho e isso é o que o Brasil está procurando fazer.

Brasil, levado a moratória?

O ministro da Fazenda reconhece que a moratória não é algo que as nações possam apreciar, mesmo porque se trata de uma posição unilateral do governo brasileiro e todos preferiam que ela não ocorresse, inclusive o Brasil, desde que tivesse obtido os financiamentos que permitissem superar essa fase. Isso, entretanto, segundo o ministro, não significa que não se compreenda a atitude do governo brasileiro, no momento em que as reservas começaram a cair. A seu ver, o problema é saber porque um país como o Brasil, que sempre apresentou altos superávits comerciais, foi levado a interromper os pagamentos. Entre outras coisas, isso ocorreu em razão dos mecanismos de financiamento internacionais, geralmente lentos, atrasados. Agora, ele acrescentou, "já que interrompemos os pagamentos temos que discutir a dívida politicamente. É o que pretendemos fazer."

Realí Júnior, de Paris